

CONSTRUIR, NAVEGAR, (RE)USAR O DOURO DA ANTIGUIDADE

COORD.
LINO TAVARES DIAS
PEDRO ALARCÃO

Título: ***Construir, Navegar, (Re)Usar o Douro da Antiguidade***

Coordenação: Lino Tavares Dias, Pedro Alarcão

Design gráfico: Helena Lobo | www.hldesign.pt

Fotografia da capa: *Leito do rio Douro entre Porto Manso (Baião) e Porto Antigo (Cinfães)*.

Fotografia de A. Loureiro Tavares, Agosto 1960.

Edição: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória

Via Panorâmica, s/n | 4150-564 Porto | www.citcem.org | citcem@letras.up.pt

ISBN: 978-989-8351-95-1

Depósito Legal: 450319/18

DOI: <https://doi.org/10.21747/978-989-8351-95-1/cons>

Porto, dezembro de 2018

Paginação, impressão e acabamento: Sersilito-Empresa Gráfica, Lda. | www.sersilito.pt

Trabalho cofinanciado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) através do COMPETE 2020 – Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI) e por fundos nacionais através da FCT, no âmbito do projeto POCI-01-0145-FEDER-007460.

O URBANISMO DE *BRACARA AUGUSTA*: MODELO E ESPECIFICIDADES NO CONTEXTO DO NOROESTE PENINSULAR*

MANUELA MARTINS**

JORGE RIBEIRO***

1. INTRODUÇÃO

O programa de urbanização empreendido por Augusto no NO da Hispânia que contemplou a fundação de três cidades destinadas a funcionar como capitais de conventos jurídicos, representou um poderoso mecanismo de transformação do território e dos seus modelos de ocupação e um importante contexto de aculturação das populações indígenas. De facto, considerando que a região do NO peninsular representava uma zona com reduzida influência romana, anteriormente às guerras cantábricas, é forçoso reconhecer o alcance da fundação das três capitais conventuais (*Bracara Augusta*, *Lucus Augusti* e *Asturica Augusta*), que se inseriu numa estratégia de controlo administrativo do território, mas também de criação de mecanismos de integração que garantissem uma necessária estabilidade da região e a difusão dos modelos de organização romanos. Assim, a política urbana de Augusto para o NO, inserida num mais vasto contexto urbanizador da Hispânia, para além dos efeitos práticos de dotar a região de centros administrativos capazes de assegurar uma relação eficaz com a administração provincial e imperial, constituiu uma estratégia

* Este trabalho teve o apoio financeiro do Projeto UID/AUR/04509 e da FCTMEC através de fundos nacionais e quando aplicável do cofinanciamento do FEDER, no âmbito do novo acordo de parceria PT2020.

** UAUM, Lab2PT, UMinho. mmmartins@uaum.uminho.pt.

*** Bolseiro de pós-doutoramento da FCT (SFRH/BPD/79511/2011); UAUM, LAB2PT, UMinho. joribeiro@portugalmail.pt.

que potenciou o desenvolvimento e a transformação do território através de novas formas de exploração dos recursos e de novas expressões de povoamento, algumas das quais de carácter urbano.

Sendo certo que o quadro da urbanização do NO peninsular carece hoje, no quadro dos conhecimentos disponíveis, de uma necessária visão de síntese, pois a sua análise está ainda muito regionalizada, é forçoso reconhecer, também, que a profundidade do que se sabe relativamente às três capitais conventuais é muito desigual, sendo difícil esboçar um quadro comparativo dos modelos de organização das três cidades, quer no que respeita ao urbanismo e arquitetura, quer no que se refere à sua relação com o território, ou à sua diferenciada composição social. Nesse sentido, e considerando os conhecimentos disponíveis, procuraremos discutir nesta comunicação o modelo urbano de *Bracara Augusta*, no contexto do quadro socio-cultural pré-romano da região galaico-bracarense, o qual poderá justificar boa parte da sua especificidade relativamente ao que se conhece das outras cidades augustas do NO da Hispânia.

2. BRACARA AUGUSTA NO CONTEXTO DA URBANIZAÇÃO DO NO PENINSULAR

2.1. O processo de integração e a criação das capitais conventuais

Entre as questões historiográficas que tradicionalmente se colocaram relativamente à integração e urbanização do NO destacamos três, cuja avaliação depende de dados de natureza textual e que se articulam diretamente com a reforma administrativa de Augusto, como seja a integração provincial, a organização conventual e o estatuto jurídico das respetivas capitais. Mais dependentes dos resultados da arqueologia estão outras questões relacionadas a cronologia da fundação dessas cidades e com a sua origem civil, ou militar.

Relativamente à integração provincial do NO sabe-se hoje, graças ao conteúdo da *tabula* de bronze de Bembibre, datada do ano 15 a. C., que as regiões de *Asturia* e *Callaecia* se encontravam nessa data integradas na província *Transduriana*, hipoteticamente criada em 25 a. C., para fazer face às necessidades militares e organizacionais associadas às guerras cantábricas e ao controle do território, ainda que o seu efetivo funcionamento possa ser mais tardio, em torno do ano 22 a. C., por ação de *L. Sestio Quirinal*¹. Sabemos que a vida dessa província foi curta, tendo os territórios do NO ibérico acabado por ser integrados na Citerior², ainda durante a última estadia ocidental de Augusto, que terá tido por objetivo o ultimar da *divisio* provincial

¹ VILLANUEVA ACUNA, 2011.

² VILLANUEVA ACUÑA, 2016.

da Hispânia em três províncias e a organização da malha conventual³. Também a questão historiográfica relativa à criação dos conventos jurídicos parece estar hoje ultrapassada, tendo por base os dados propiciados pela *tabula Lougeiorum*, datada do ano 1, onde se encontra referido o *conventus Ara Augustae*, facto que não deixa dúvidas quanto à assinatura de Augusto na subdivisão das províncias em unidades administrativas de carácter judicial, presumivelmente ultimada entre 16 e 13 a. C.⁴. Já a questão da natureza jurídica das três capitais provinciais permanece problemática, por ausência de evidências epigráficas sugestivas do seu estatuto, ou eventual promoção municipal em época flávia. No entanto, considerando a relevância política e administrativa das três cidades e sendo certo que possuíam instituições de governo semelhantes aos municípios, parece hoje bastante verosímil que possam ter gozado do direito latino desde a sua fundação⁵.



Fig. 1.
Bracara Augusta
no contexto
administrativo da
Hispânia romana.

Problemática é também a cronologia da fundação das três capitais conventuais do NO, quando se contrapõem os dados textuais e arqueológicos disponíveis. Segundo Dio Cássio (54.23.7) deve-se a Augusto a fundação de várias cidades hispânicas, sendo sugestivo pensar que esse programa urbanístico tenha coincidido com a estadia do imperador no Ocidente, entre 16 e 13 a. C. No entanto, a articulação desta data com os dados arqueológicos resultantes das escavações urbanas realizadas em Braga, Lugo e Astorga não é fácil, assinalando consideráveis desfasamentos nas três cidades, que se articulam com a questão da sua origem civil ou militar. No caso de *Asturica Augusta*

³ SALINAS DE FRIAS, 2001.

⁴ DOPICO CAÍNZOS, 1986; DOPICO CAÍNZOS, 1988; DOPICO CAÍNZOS, 2009.

⁵ LE ROUX, 1994; LE ROUX, 2004.

sabemos que o núcleo urbano sucedeu a um prévio acampamento romano da *Legio X Gemina*, datado entre 15-10 a. C., pelo que a origem da cidade poderá situar-se no início do reinado de Tibério, entre os anos 15-20⁶. Já no caso de *Lucus Augusti* parece mais problemático acertar uma cronologia fundacional baseada nos dados arqueológicos disponíveis, pois a sua suposta origem militar, defendida por alguns autores⁷, com base num presumível acampamento, que dataria entre 25-15 a. C., não parece conhecer grande aceitação, uma vez que se suporta em evidências muito discutíveis. Discutível é também uma presumível presença de *Paulus Fabius Maximus* em Lugo, anteriormente aos anos 3/2 a. C., à luz dos dados disponíveis sobre a sua carreira⁸. De facto, as três inscrições de Lugo, que referem o legado, poderão ter a mesma cronologia da dedicatória de Braga, feita a Augusto, no dia do aniversário do legado, datada entre 3/2 a. C.⁹. Importa, contudo, ter em conta as particularidades distintivas dos monumentos erguidos nas duas cidades, bem como as respetivas dedicatórias, pois, enquanto em Lugo estamos perante estelas, que foram dedicadas pelo próprio legado, em Braga a dedicatória foi feita a Augusto pelos *bracaraugustani*, sendo o suporte um pedestal de estátua, em forma de coluna. A natureza diferenciada dos monumentos e dedicantes subentende contextos narrativos diversos que remetem para momentos diferentes do próprio processo de fundação e ocupação das duas cidades¹⁰. Por outro lado, o monumento de Braga deve ser valorizado em conjunto com outros¹¹, de cronologia muito próxima, que atestam a organização do corpo cívico da cidade, muito ligado à figura de Augusto e seus familiares diretos, apontando para a existência de espaços condignos para a colocação de estátuas, o que sugere, igualmente, uma datação anterior aos anos 3/2 a. C. para as operações de *limitatio* da nova cidade e para o início do povoamento da área urbana da cidade romana.

Neste contexto, parece legítimo considerar que *Bracara Augusta* representa, para já, a única cidade do NO, cujos dados epigráficos se coadunam em termos de cronologia com os vestígios arqueológicos disponíveis, que atestam uma ocupação efetiva da cidade anteriormente à transição da Era, o que permite admitir que a sua fundação tenha sido decidida entre 16 e 13 a. C. Por outro lado, à luz dos dados disponíveis, a cidade parece ter tido uma origem claramente civil, tendo o seu povoamento sido iniciado anteriormente a 3 a. C., certamente com uma forte componente indígena de base regional, bem documentada no *dossier* epigráfico bracarense¹², bem como pela cerâmica de produção indígena, representada em níveis construtivos datados

⁶ SEVILLANO FUERTES, 2014.

⁷ CARREÑO GASCON & RODRIGUEZ COLMENERO, 2012.

⁸ VILLANUEVA ACUÑA, 2016.

⁹ TRANOY, 1981.

¹⁰ MARTINS & CARVALHO, 2016.

¹¹ REDENTOR, 2011: n.ºs 153, 153, 154, 160, 161.

¹² TRANOY & LE ROUX, 1989-90; REDENTOR, 2011.

do século I, mas ausente dos contextos fundacionais das estruturas atribuídas ao período de Augusto. Esta circunstância permite contrariar, em absoluto, a hipótese de que a cidade possa ter sucedido a um povoado indígena, documentando antes que a cidade foi fundada *ex novo*, à semelhança do que parece ter acontecido com *Lucus Augusti* e *Asturica Augusta*, apesar desta última ter conhecido um acampamento militar anterior ao seu desenvolvimento urbano.

Assim, pode afirmar-se que os locais escolhidos para sedear as três capitais conventuais tiveram em conta uma clara intenção de criar novas centralidades políticas, rompendo com a lógica do povoamento indígena anterior, o que pode ser explicado em termos estratégicos, uma vez que boa parte do povoamento das novas cidades foi feita pelos indígenas originários dos povoados pré-romanos, cujas elites terão certamente negociado a sua posição no corpo cívico dos novos núcleos urbanos. Por outro lado, reconhece-se a existência de povoados indígenas quer nas imediações *Lucus Augusti*, quer de *Bracara Augusta*, com destaque no último caso para o Castro Máximo, situado cerca de 2km em linha reta do centro da cidade romana¹³.

Sem dúvida que na escolha da localização para fundar as sedes administrativas do NO terá pesado a centralidade territorial que as mesmas deveriam possuir, articulada com a sua proximidade relativamente a corredores naturais terrestres e fluviais, facilitadores das comunicações, indispensáveis ao desenvolvimento das futuras cidades¹⁴. Mas, para além daquilo que pode parecer comum às três capitais conventuais, como seja a sua fundação *ex novo*, a sua centralidade e fácil acessibilidade, ou as suas funções como centros administrativos, económicos e religiosos, importa destacar que cada uma dessas cidades carece de ser entendida, na sua fundação, tal como na sua evolução, no quadro dos contextos culturais pré-romanos específicos das regiões em que se implantaram.

Bracara Augusta será porventura a cidade cujo enquadramento pré-romano é melhor conhecido¹⁵, dispondo-se igualmente de uma boa base arqueológica para a caracterização do território no período romano¹⁶, sendo por isso possível compreender as dinâmicas que presidiram à fundação da cidade, bem como os impactos decorrentes da criação dessa nova realidade¹⁷. Na verdade, não podemos esquecer que as cidades romanas são impensáveis sem uma inerente articulação com os seus territórios, pela natureza da própria cidade antiga, que integrava um centro urbano e um território do qual dependia e que administrava, constituindo ambas realidades a base da ordenação territorial romana, que dava expressão à ideia e à prática política

¹³ CARVALHO, 2008.

¹⁴ DOPICO CAÍNZOS, 2016.

¹⁵ MARTINS, 1990; CARVALHO, 2008.

¹⁶ CARVALHO, 2008.

¹⁷ MARTINS & CARVALHO, 2016.

de organizar e administrar o Império. Neste sentido, a compreensão dos processos históricos das novas cidades romanas tem que ser esboçada no quadro das dinâmicas sociopolíticas, económicas e culturais das regiões em que foram fundadas.

Assim, reconhece-se hoje que o precoce contacto da região ocidental da área galaico bracarense com os exércitos romanos e a sua aparente pacificação, associada a uma reconhecida hierarquização do povoamento no século I a. C., terão porventura reforçado a especificidade cultural desta região meridional do NO peninsular relativamente às regiões mais setentrionais e interiores¹⁸. Com efeito, este território possui traços culturais distintivos, particularmente perceptíveis na estruturação de um povoamento claramente hierarquizado, encabeçado por *oppida*, com uma organização ortogonal das áreas residenciais, a que acrescem outros elementos culturais diferenciadores, como sejam a prática de colocar estátuas de guerreiros em pontos destacados das muralhas, que se supõe relacionada com processos de afirmação identitária das comunidades, bem como de uma elite emergente, que se afirmaria também através de uma linguagem decorativa própria, bem expressa na ornamentação dos balneários rituais e das portas de algumas casas¹⁹.

O inegável protagonismo assumido pelos indígenas na vida económica e na estrutura social de *Bracara Augusta*, bem testemunhado no registo epigráfico, parece demonstrar que a sua criação se deveu a uma decisão política consensual entre Roma e as elites indígenas bracarenses, a qual terá sido precisada com os necessários instrumentos jurídicos e administrativos romanos, que se projetaram no território através de rituais e cerimónias específicas, próprias da tradição fundacional romana de criação de novas *ciuitates*. Somente após esses procedimentos se terão realizado os necessários trabalhos de agrimensura, certamente anteriores ao processo de povoamento da área urbana e das atividades construtivas que estariam certamente já em desenvolvimento quando *Paulus Fabius Maximus* se deslocou à cidade, entre 3/2 a.C. e tomou parte da homenagem que os *bracaraugustani* prestaram a Augusto.

2.2. O modelo urbano de *Bracara Augusta*

Muito embora a informação textual e epigráfica relativa ao estatuto de *Bracara Augusta* se mantenha silenciosa, a verdade é que o registo arqueológico demonstra que a cidade e o território terão conhecido um conjunto de procedimentos muito semelhantes aos que foram ensaiados e consolidados na Itália tardo republicana, no contexto de novas fundações coloniais, que permitiam a materialização no espaço de novas cidades e a delimitação dos respetivos territórios. Por isso, independentemente do estatuto jurídico de *Bracara Augusta* temos razões para acreditar que as

¹⁸ GONZALEZ RUIBAL, 2006-07.

¹⁹ SILVA, 1999.

operações cadastrais realizadas no território, bem como a delimitação e subdivisão da área urbana em nada se diferenciaram daquelas que se conhecem para as fundações coloniais *ex novo*. A principal diferença reside no facto de *Bracara Augusta* não ter sido criada para implantar colonos, mas sim para instalar uma população que deveria deter estatutos diferenciados, em que se incluíam alguns cidadãos romanos, membros da elite indígena da região e um número considerável de peregrinos de diferentes regiões da Hispânia.

Nada sabemos sobre os rituais fundacionais de *Bracara Augusta*, ou mesmo sobre a data em que os mesmos terão ocorrido, podendo apenas ser sugerido, com base nos dados arqueológicos e epigráficos, que os mesmos deveriam ter tido

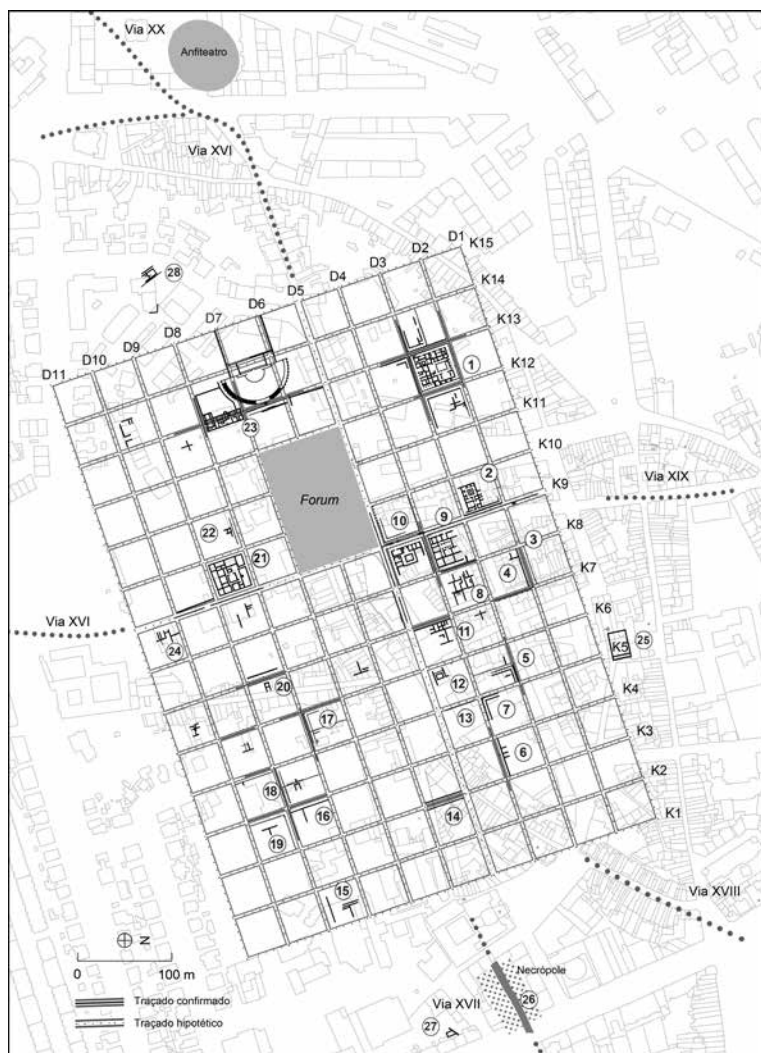


Fig. 2. Restituição da malha urbana e do sistema viário com base nas zonas arqueológicas interpretadas.

lugar anteriormente ao ano 3/2 a. C. Já o processo de materialização dos limites e a subdivisão do espaço físico da nova cidade pode ser inferido a partir dos dados arqueológicos, sendo possível estimar que teria o seu eixo maior no sentido E/O e uma área planificada mínima de cerca de 29.85 ha²⁰. Por outro lado, a valorização conjunta dos elementos determinantes da morfologia urbana, designadamente, o sistema viário, ou os seus indicadores mais diretos, como sejam pavimentos, limites de pórticos, cloacas, ou as áreas construídas dos quarteirões, forneceu-nos a base para restituir o módulo usado na marcação da cidade. Assim, os vestígios construtivos documentam que a cidade possuía uma orientação NNO/SSE, apresentando um desvio de 16° relativamente ao norte, sendo a distância medida entre os eixos das ruas conhecidas de 156 pés (46.20 m), quer no sentido N/S, quer no sentido E/O, facto que sugere um modelo planimétrico baseado no cruzamento de dois eixos principais, com subsequente marcação de eixos paralelos, que definiam uma grelha quadrada. A equidistância de 156 pés entre o eixo das ruas define um módulo regular para as áreas construídas dos quarteirões e das ruas.

Sabe-se que o *cardo* máximo, que acompanharia o limite nascente do *forum*, apresentava uma largura de 7.24 m (24 pés), enquanto as ruas secundárias oferecem uma largura média de 12 pés, valor que se repete na largura dos pórticos anexos, que constituíam elementos das fachadas das casas, funcionando como espaços de articulação do sistema viário com as áreas construídas dos quarteirões. Deduzindo o valor das ruas e pórticos à medida de 156 pés é possível apurar que os lotes de construção tinham 120 pés de lado, o que corresponde a áreas de 1 *actus* (35.52 m x 35.52 m), unidade de medida amplamente usada pelos agrimensores nas cidades. A dimensão dos lotes residenciais apenas variava nos quarteirões limítrofes do *cardo* máximo, onde as áreas reservadas à construção seriam ligeiramente menores (120 x 114 pés = 35.52 m x 33.74 m), devido à maior largura daquele eixo viário, sendo presumível que o mesmo tenha ocorrido com os quarteirões anexos ao *decumano* máximo, situação que ainda não foi arqueologicamente comprovada. De facto, o *decumano* principal constitui o eixo viário pior documentado, presumindo-se que possa estar fossilizado, no seu segmento poente, na atual rua de S. Sebastião, enquanto no lado nascente coincidia com a orientação da via XVII, documentada numa extensão considerável na parte nascente da cidade.

Testemunho inequívoco do início do povoamento da cidade são os trabalhos de implantação da via XVII e os primeiros enterramentos da necrópole a ela associada²¹. Assim, pode considerar-se que o povoamento, bem como o arranque das atividades construtivas deverão ter-se desenvolvido ao longo da última década do século I a. C.,

²⁰ Desconhecem-se ainda com exatidão os limites ocidentais e meridionais da área planificada.

²¹ BRAGA, 2010.

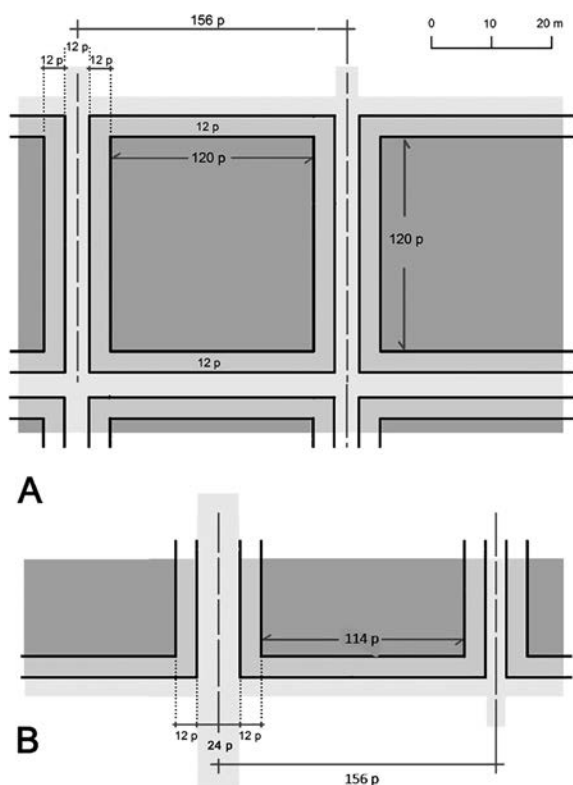


Fig. 3.
Proposta do módulo da malha urbana fundacional de *Bracara Augusta*.
A. Módulo corrente. B. Módulo dos quarteirões limitrofes do cardo máximo.

muito embora sejam escassos os vestígios arquitetónicos que podem ser seguramente reportados a esses anos. Certamente que nesse período ter-se-ão iniciado as atividades construtivas associadas ao *forum*, que terão exigido uma considerável mão-de-obra indígena, sendo de destacar a abundância de materiais arqueológicos que documentam uma intensa ocupação da área circundante daquele espaço cívico nas primeiras décadas de vida da cidade. No entanto, nada sabemos sobre a estrutura daquele centro administrativo e religioso. Pelo contrário podemos atribuir ao período de Augusto alguns silhares que marcavam os limites dos quarteirões, alguns muros de contenção, construídos em aparelho poligonal de tradição indígena, bem como um invulgar espaço construído, identificado na Colina do Alto da Cidade, cujas características sugerem a sua possível função como espaço comercial²². No entanto, a imagem que podemos recriar da cidade de Augusto e Júlio Cláudia em nada se assemelha à da cidade do século II, pois datam já de um período avançado, entre finais do século I e os inícios do II, alguns dos principais equipamentos públi-

²² MARTINS, 2005.

cos reconhecidos pela arqueologia, que representavam imprescindíveis *ornamenta* de qualquer cidade romana provincial. Entre eles destacam-se o teatro, o anfiteatro, cuja localização é conhecida e vários edifícios termais de carácter público²³. Este programa de monumentalização da cidade teve, nalguns casos, implicações urbanísticas significativas, designadamente ao nível da desafetação de eixos viários e do arrasamento de edifícios anteriores, como aconteceu com a construção do teatro²⁴. Por outro lado, o impacto desta fase de monumentalização terá feito desaparecer muitas das evidências associadas à urbanização que terá caracterizado a cidade entre o período de Augusto e a época flávia.

Apesar das inúmeras lacunas relativas a um significativo conjunto de quarteirões residenciais, conhecem-se numerosos vestígios arqueológicos de *domus*²⁵, construídas a partir de meados do século I. Julgamos mesmo poder articular o processo de urbanização dos quarteirões com a implantação da grande cloaca, que corria sob o *cardo máximo*, construída entre os reinados de Cláudio e Nero. A generalidade dos dados disponíveis sugere que as casas de elite se estruturavam em função de um peristilo, sendo contudo possível que os átrios fossem também comuns como elementos distribuidores dos espaços das habitações de elite.

Os conhecimentos relativos à periferia da cidade são fragmentários, mas bem sugestivos da organização das áreas envolventes da parte planificada. Na verdade, tomando por referência o século II, é possível perceber uma periferia densamente ocupada, onde pontuavam edifícios públicos, como o anfiteatro e um eventual foro comercial, que se situaria a nordeste e que integraria um *macellum* e um eventual templo a Isis²⁶, para além de santuários²⁷, áreas artesanais, necrópoles²⁸ e outros edifícios de difícil caracterização. No seu conjunto, os dados disponíveis revelam uma periferia intimamente relacionada com a área planificada, cuja importância justificou a sua inclusão no perímetro intramuros da cidade quando esta foi fortificada por uma robusta muralha nos finais do século III/inícios do IV²⁹.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O esforço de análise comparativa dos modelos urbanos das três capitais conventuais do NO peninsular depara-se com sérias dificuldades, considerando, não só a diferencial morfologia das três cidades, como o desigual conhecimento que delas possuímos relativamente à restituição das malhas fundacionais. Na verdade, nada

²³ MORAIS 2001; MARTINS *et al.*, 2013.

²⁴ MARTINS *et al.*, 2013.

²⁵ MAGALHÃES, 2010.

²⁶ FONTES *et al.*, 1997-98.

²⁷ ELENA *et al.*, 2008.

²⁸ MARTINS & DELGADO, 1989-90; BRAGA, 2010.

²⁹ LEMOS *et al.*, 2007.

de semelhante parece existir entre a regularidade dos quarteirões e ruas de *Bracara Augusta* e a diferencial dimensão dos lotes que conformam os quarteirões de *Asturica Augusta*. Aparentemente, essa regularidade contrasta também com os dados disponíveis para Lugo, onde não se logrou restituir ainda a morfologia dos quarteirões romanos, referidos como sendo de grandes dimensões, pelo que poderiam albergar várias casas³⁰.

Do modelo urbano de *Bracara Augusta*, muito rígido e geométrico, com áreas construtivas de 1 *actus*, pode inferir-se um corpo cívico pouco hierarquizado e um ambiente social bem menos competitivo do que aquele que certamente existiria em *Asturica Augusta*, onde conviveriam vários tipos de elites, umas mais ligadas à administração das minas, com destaque para os membros da ordem senatorial e equestre que estão representados no contexto epigráfico e outras certamente associadas às funções da cidade enquanto capital de convento jurídico, que presumivelmente incorporariam elementos da aristocracia indígena. Por isso, julgamos que a desigual repartição do espaço urbano entre áreas públicas e privadas nas três cidades, tendo por base uma prévia definição dos corpos cívicos das cidades, evidencia aspetos que estarão relacionados com as suas funções administrativas, mas também com as prévias características dos territórios em que foram fundadas. Neste contexto, julgamos de reforçar a especificidade de *Bracara Augusta*, desde logo relacionada com a sua fundação civil, talvez à semelhança de *Lucus Augusti*, mas também com o protagonismo que as elites indígenas tiveram no povoamento e constituição do corpo cívico da cidade, facto que terá resultado do contexto político, socioeconómico e cultural que caracterizaria a região bracarense anteriormente à sua integração no Império. De resto, o protagonismo das elites indígenas, bem documentado no *corpus* epigráfico da área urbana, é igualmente perceptível no território, pois parecem terem sido elas, ou os seus descendentes, os detentores das *uillae* que começaram a ser monumentalizadas a partir da época flávia, tendo certamente beneficiado da organização cadastral que se implantou, na época de Augusto e que cobria as ricas veigas que envolviam a cidade³¹.

Assim, julgamos ser imprescindível compreender os modelos urbanos das cidades do NO da Hispânia no contexto mais amplo dos territórios em que se implantaram, sob pena de jamais entendermos as suas especificidades, quer físicas, quer socioeconómicas. Por outro lado, é forçoso que a compreensão dessa realidade seja aprofundada no quadro de programas de investigação mais cooperativos, que esbatam as fronteiras geográficas e disciplinares, mas também a heterogeneidade dos procedimentos com que a arqueologia encara os seus objetos de estudo. A definição

³⁰ CARREÑO GASCON & RODRIGUEZ COLMENERO, 2012.

³¹ CARVALHO, 2008; MARTINS & CARVALHO, 2016.

e adoção de objetivos e protocolos de investigação arqueológica comuns no estudo das cidades romanas, mas também dos seus territórios, seria a este propósito fundamental, pois a sua análise comparativa exige níveis de inteligibilidade semelhantes, independentemente dos diferentes graus de aprofundamento das pesquisas.

BIBLIOGRAFIA

- BRAGA, C. (2010) – *Rituais funerários em Bracara Augusta: o novo núcleo de necrópole da Via XVII*. Braga: UAUM. Tese de Mestrado.
- CARREÑO GASCÓN, A.; RODRÍGUEZ COLMENERO, A. (2012) – *La trama urbanística de Lucus Augusti. Génesis y evolución*. In *Hispaniae Urbes. Investigación arqueológica en ciudades históricas*. Sevilha, p. 295-318.
- CARVALHO, H. (2008) – *O povoamento romano na fachada ocidental do Conventus Bracarense*, Braga: UMinho. Tese de Doutoramento.
- DOPICO CAÍNZOS, M. D. (1986) – *Los conventus iuridici. Orígen, cronología y naturaleza histórica*. «Gérion», 4, p. 265-283.
- ____ (1988), *La Tabula Lougeiorum. Estudios sobre la implantación romana en Hispania*. Vitoria.
- ____ (2009) – *A transformação dos pobos do noroeste hispânico na época de Augusto: a evidência epigráfica*. In *Do castro á Cidade. A romanización na Gallaecia e na Hispânia indoeuropea*, Lugo, p. 31-53.
- ____ (2016) – *Os inícios da urbanización no Noroeste: as capitales conventuais*. In *Clausus est Ianus. Augusto e a transformación do noroeste hispano*. «Philtáte», 1, Lugo: Deputación de Lugo, p. 259-284.
- ELENA, A.; MAR, R.; MARTINS, M. (2008) – *A Fonte do Idolo: análise, interpretação e reconstituição do santuário*. Braga: UAUM.
- FONTES, L.; LEMOS, F.S.; CRUZ, M. (1997-98) – ‘Mais Velho’ que a Sé de Braga. *Intervenção arqueológica na catedral bracarense: notícia preliminar*. «Cadernos de Arqueologia», 14/15, p.137-164.
- GONZÁLEZ RUIBAL, A. (2006-07) – *Arqueología del Primer Milenio en el Noroeste de la Península Ibérica*. A Coruña.
- LEMOS, F. S.; LEITE, J. M. F.; CUNHA, A. (2007) – *A muralha romana (Baixo Império) de Bracara Augusta*. In *Actas del Congreso Internacional Murallas de ciudades romanas en el Occidente del Imperio. Lucus Augusti como paradigma*. Lugo, p. 329-341.
- LE ROUX, P. (1994) – *Bracara Augusta, ville latine*. «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», 34 (1-2), p. 229-241.
- ____ (2004) – *La question des conuentus dans la péninsule Ibérique d`époque romaine*. In *Au jardin des Hespérides: Histoire, société et épigraphie des mondes anciens. Mélanges offerts à Alain Tranoy*. Rennes: P. U. de Remes, p. 337-356.
- MAGALHÃES, F. (2010) – *Arquitetura doméstica em Bracara Augusta*. Braga: UMinho. Tese de Mestrado.
- MARTINS, M. (1990) – *O povoamento proto-histórico e a romanização da bacia do curso médio do Cávado*. Braga: UAUM.
- ____ (2005) – *As termas romanas do Alto da Cividade. Um exemplo de arquitetura pública em Bracara Augusta*. Braga: UAUM.
- MARTINS, M.; CARVALHO, H. (2016) – *As transformações do território: Bracara Augusta e o seu cadastro*. «Revista de Historiografia», 25, p. 219-243.
- MARTINS, M.; MAR, R.; RIBEIRO, J.; MAGALHÃES, F. (2013) – *A construção do teatro romano de Bracara Augusta*. In MELO, Arnaldo Sousa; RIBEIRO, Maria do Carmo, coord. – *História da Construção. Arquiteturas e técnicas Construtivas*. Braga: CITCEM, p. 41-76.

- MARTINS, M.; DELGADO, M. (1989-90) – *As necrópoles de Bracara Augusta. A. Os dados arqueológicos.* «Cadernos de Arqueologia», 6/7, Braga, p. 41-186.
- MORAIS, R. (2001) – *Breve ensaio sobre o anfiteatro de Bracara Augusta.* «Forum», 30, p. 55-76.
- REDENTOR, A. (2011) – *A cultura epigráfica no Conventus Bracaravgvstanvs (Pars Occidentalis). Percursos pela sociedade brácará da época romana.* Coimbra: Universidade de Coimbra. Tese de Doutoramento.
- SALINAS DE FRIAS, M. (2001) – *Dion Cassio, la Transduriana provincia y la evolución del ordenamento augústeo de Hispania.* In *El bonce de Bembibre. Un Edicto del emperador Augusto del año 15 a.C.* León: Museo de León, p. 135-146.
- SEVILLANO FUERTES, M. A. (2014) – *Apuntes arqueológicos para la historia antigua de Astorga.* Astorga: CEAMM.
- SILVA, A. C. F. (1999) – *A ocupação do território do Noroeste Peninsular aquando da chegada dos romanos.* In *Actas da Mesa-Redonda Emergência e Desenvolvimento das cidades romanas no Norte da Península Ibérica.* Porto: Escola Profissional de Arqueologia; Instituto Português do Património Arquitectónico, p. 39-52.
- TRANOY, A. (1981) – *La Galice romaine. Recherches sur le Nord-Ouest de la Péninsule Ibérique dans l'Antiquité.* Paris: De Boccard.
- TRANOY, A.; LE ROUX, P. (1989-90) – *As necrópoles romanas de Bracara Augusta – Les inscriptions funéraires.* «Cadernos de Arqueologia», 6-7, Braga, p. 183-230.
- VILLANUEVA ACUÑA, Manuel (2011) – *Problemas en torno a la organización administrativa del Noroeste en los inicios del Imperio.* «Historia Antigua», XXXV, p. 67-82.
- (2016) – *La fundación de Lucus Augusti: nuevas perspectivas.* «Revista de Historiografía», 25, p. 273-286.